

Tema: Gestão Democrática e Sistema de Planejamento

1 Ao quarto dia do mês de Agosto de 2022, às 19h10min, por meio da plataforma *Microsoft Teams*,
2 a Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento,
3 conforme convocatória, inicia a Audiência Pública da Etapa 1 da Revisão Intermediária do Plano
4 Diretor Estratégico – PDE, Temática Gestão Democrática e Sistema de Planejamento. A **Sra.**
5 **Patrícia Saran**, Coordenadora do Processo Participativo, toma a palavra, cumprimenta
6 cordialmente os presentes, instrui quanto ao uso das ferramentas de acessibilidade das
7 plataformas digitais, e dá início à audiência pública. Apresenta o cerimonial, informa que o convite
8 para essa audiência foi publicado em 07 de Julho de 2022 no Diário Oficial da Cidade e em jornal
9 de grande circulação, e que após a audiência a ata e as manifestações serão publicadas. Esclarece
10 que os presentes poderão se inscrever para solicitar manifestação de fala e que as inscrições
11 estarão abertas durante a apresentação, sendo que se encerram 05 (cinco) minutos após a
12 apresentação, e que cada munícipe inscrito tem 03 (três) minutos para exposição e considerações,
13 com respostas em bloco. Alerta para o link da lista de presença, disponibilizado no chat no início da
14 reunião para o preenchimento, e que será reenviado em diversos momentos ao longo da audiência.
15 Convida à composição da mesa diretora dos trabalhos e, em seguida, passa a palavra ao
16 Secretário-Adjunto **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, que agradece a colaboração de todos e reforça
17 a importância do debate sobre a gestão democrática e o sistema de planejamento na cidade de São
18 Paulo. Ressalta que a gestão do Sr. Ricardo Nunes - Prefeito da cidade de São Paulo, assim como
19 do Sr. Marcos Duque Gadelho - Secretário da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento,
20 tem como diretriz, não apenas para o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico de 2014,
21 mas para todas as ações realizadas pela SMUL, prezar por um amplo processo participativo e
22 democrático, para que todos os munícipes possam dar sua opinião e que, através de um trabalho
23 técnico que incorpore essa participação social e direcione as ações da SMUL para atender aos
24 grupos sociais mais vulneráveis. Dá como exemplo os debates do recolhimento de recursos para
25 combater o déficit habitacional; sobre como o sistema de planejamento pode planejar a drenagem
26 necessária em territórios vulneráveis, dentre outros. Aponta que o planejamento urbano da
27 cidade de São Paulo, definido pelo Plano Diretor de 2014, procura conformar uma cidade
28 democrática e inclusiva, buscando eliminar a segregação. Diz que a presente gestão lança mão de
29 todos os esforços e recursos necessários para que o sistema democrático e de planejamento
30 urbano sejam os mais abertos possíveis, para ouvir os diferentes grupos e o contraditório, com a
31 possibilidade de ouvir os diversos grupos com a consciência de que a participação social vai
32 melhorar as decisões sobre o planejamento urbano. Dá prosseguimento aos trabalhos da
33 audiência com a apresentação de um vídeo, produzido sobre o diagnóstico da aplicação do PDE de
34 2014 acerca da temática da Gestão Democrática e do Sistema de Planejamento e que,
35 posteriormente, será realizada a etapa de contribuições dos participantes da audiência. Inicia-se a
36 reprodução do vídeo elaborado por PLANURB, com audiodescrição, legendas e tradução
37 simultânea em libras, que contextualiza o objetivo de apresentar um panorama geral sobre o tema
38 da gestão democrática e do sistema de planejamento como base para o debate acerca da temática
39 da audiência. Em seguida, a apresentação situa o PDE como instrumento básico da política de

40 desenvolvimento urbano do município. Aponta que o conjunto de objetivos, diretrizes,
41 instrumentos e ações previstos pelo Plano Diretor foram aprovados em 2014, após um extenso
42 processo de participação da sociedade. Ressalta que a elaboração do PDE foi baseada em dez
43 estratégias, dentre as quais, a busca por socializar os ganhos da produção imobiliária e assegurar o
44 direito à moradia digna para quem precisa e que, em relação ao tema da gestão democrática, pode
45 se ressaltar a estratégia de fortalecer a participação popular nas decisões do rumo da cidade. Em
46 seguida, o vídeo apresenta o macrozoneamento da cidade de São Paulo e os quatro elementos da
47 Rede de Estruturação e Transformação Urbana como elementos estruturantes do Plano Diretor
48 Estratégico. A apresentação segue contextualizando que o Sistema Municipal de Planejamento
49 prevê a articulação do Plano Diretor Estratégico de 2014 com outros elementos da política urbana
50 como o sistema do planejamento orçamentário, os planos setoriais, com os planos regionais e com
51 os planos de bairro, ressaltando que o PDE busca garantir o detalhamento e a coerência entre as
52 ações e projetos com as diretrizes da política urbana estabelecidas pelo Plano Diretor. Segue a
53 apresentação destacando os 23 planos de políticas setoriais elencados pelo PDE que deveriam ser
54 elaborados ou revistos, destacando aqueles que foram elaborados e publicados e aqueles ainda
55 não executados até outubro de 2021. Aponta que estes planos elencados detalham as ações e
56 diretrizes necessárias para que as políticas setoriais contribuam para o atendimento dos objetivos
57 estratégicos do PDE, ressaltando o papel destes planos dentro do arranjo do sistema de
58 planejamento. Descreve, em seguida, os objetivos da elaboração de três diferentes instâncias do
59 Sistema de Planejamento, sendo elas: os Planos Regionais das Subprefeituras, publicados em 2016
60 (Decreto 57.537/2016); os Planos de Ação das Subprefeituras, elaborados para o biênio de 2019 e
61 2020, ainda sem publicação para os anos de 2021 a 2024; e, por fim, os Planos de Bairro, com
62 destaque para o Plano de Bairro do Jardim Lapenna, único Plano de Bairro aprovado até o
63 momento da audiência. Segue a apresentação com a descrição da composição dos quatro órgãos
64 colegiados que são tratados no texto da lei do PDE, sendo eles, o Conselho Municipal de Política
65 Urbana (CMPU); a Câmara Técnica de Legislação Urbanística (CTLU); a Comissão de Proteção da
66 Paisagem Urbana (CPPU); e o Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano
67 (FUNDURB). São descritos também outros quatro instrumentos de participação social listados
68 PDE, sendo eles, audiências públicas; iniciativa popular de planos, programas e projetos de
69 desenvolvimento urbano; iniciativa popular de projetos de lei, do plebiscito e referendo; e
70 instrumentos de promoção da cidadania. Foi apontado que, destes instrumentos, apenas as
71 audiências públicas têm registros de sua aplicação. O vídeo apresenta uma análise da composição
72 das receitas e dos recursos liquidados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
73 (FUNDURB), apontando para a importância da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)
74 como a principal fonte de renda do FUNDURB, além de um crescimento, nos últimos anos, dos
75 recursos liquidados na categoria de investimentos, sendo que em 2021, o FUNDURB representou
76 mais de 25% dos gastos da Prefeitura de São Paulo na categoria investimentos. Ressalta que os
77 recursos do FUNDURB devem ser aplicados baseados nos objetivos, diretrizes, planos, programas
78 e projetos integrantes ou decorrentes do PDE, sobretudo com as obrigações estabelecidas de

79 destinação mínima de 30% dos recursos para duas áreas, sendo elas, a execução de programas e
80 projetos habitacionais de interesse social, regularização fundiária e aquisição de imóveis; e nos
81 sistemas de transporte coletivo público, cicloviário e de circulação de pedestres. Ainda destaca
82 que, a política urbana não é financiada exclusivamente pelo FUNDURB, havendo a necessidade de
83 se monitorar os investimentos, as ações e as metas das ações do executivo municipal com os
84 recursos de outras fontes. Ainda sobre este tema, discorre sobre o artigo 343 do PDE, que indica a
85 necessidade da elaboração de um relatório de execução orçamentária das ações e programas
86 relacionados ao PDE. Em seguida, é apresentada a fórmula de cálculo da contrapartida da Outorga
87 Onerosa do Direito de Construir (OODC) prevista pelo PDE de 2014, que substituiu a fórmula até
88 então vigente. Aponta que a fórmula prevista pelo Plano Diretor atual estimula a máxima
89 ocupação dos terrenos, tendo em vista à lógica inversamente proporcional entre o valor da
90 contrapartida por m² e a área construída total do empreendimento. Além disso, aponta que o
91 Fator Social (FS) e o Fator de Planejamento (FP) foram revistos pelos Quadros 5 e 6, do PDE,
92 respectivamente, com a possibilidade de revisão dos seus valores a cada quatro anos. A
93 apresentação destaca que o PDE de 2014, para a fórmula da OODC, adotou como referência de
94 valores do terreno o Quadro 14, que se trata de um levantamento específico para fins de aplicação
95 da OODC. Conforme aponta a apresentação, o Quadro 14 do PDE foi atualizado apenas uma vez
96 desde sua promulgação, embora o artigo 118 do próprio PDE determine que esta atualização deve
97 ser anual, ouvida a Comissão de Valores Mobiliários. Os desdobramentos da falta de atualização
98 dos valores do Quadro 14 foram abordados no Diagnóstico da Aplicação do PDE, publicado em
99 Abril de 2022, destacando que, onde houve desvalorização da terra urbana, a não atualização do
100 Quadro 14 agiria como fator desestimulador da transformação urbana, ao passo que, nos locais
101 onde houve valorização, a captura da Outorga Onerosa está aquém de suas possibilidades reais.
102 Conclui que, diante deste cenário, a falta de atualização do Quadro 14 influi diretamente na
103 apropriação da coletividade sobre a valorização imobiliária, estratégia estimulada pelo próprio
104 PDE. Destarte, a atualização dos valores deste quadro é fator de suma relevância para atingir os
105 objetivos previstos pelo PDE de 2014. Destaca ainda que esta atualização pode se dar via Decreto,
106 desde que o ajuste seja limitado à variação da inflação mais o PIB do período. Em seguida, o vídeo
107 apresentado descreve o instrumento da Transferência do Direito de Construir (TDC) em suas
108 duas modalidades, discorre brevemente sobre o histórico da aplicação do instrumento, que vigora
109 em São Paulo desde a década de 1980, mas que recebeu nova configuração e ordenamento a
110 partir do PDE de 2014. Ressalta que a modalidade com doação de imóvel foi aplicada apenas em
111 dois casos desde 2014, ambos os casos na viabilização de parques municipais, sendo eles, o Parque
112 Augusta e para parte do Parque Linear Itapaiúna. Conclui apontando as demais normativas que
113 regulam a modalidade de TDC sem doação de terreno, o Decreto Municipal número 58.289/18 e a
114 Lei Municipal 17.734/2022. Finalizada a apresentação do vídeo, a **Sra. Patrícia Saran** toma a
115 palavra, agradece a equipe e dá início à escuta das manifestações dos munícipes presentes. Passa a
116 palavra para o **Sr. Osni Pandori**, membro da macrorregião Leste 1 do Conselho Participativo
117 Municipal, e integrante suplente do CPMU. O Conselheiro inicia sua fala apresentando a situação

118 de um determinado empreendimento localizado na Penha, em que já iniciaram as obras para a
119 construção de sete torres e de mais de 1.500 apartamentos, situado no eixo da Marginal Tietê.
120 Questiona sobre a inexistência de uma saída viável, pois, segundo ele, não existe planejamento
121 para esta construção, a construção do prédio foi liberada e há apenas um pontilhão onde passam
122 dois carros por vez e, possivelmente quando comercializado, o empreendimento irá impactar toda
123 a dinâmica do bairro, sobretudo pela falta de transporte coletivo e uma saída viável para os carros.
124 Aponta que, nesta revisão do PDE, esse tipo de ação deve ser coibida, indagando sobre como a
125 participação social estaria envolvida nestes casos, para que não ocorra um desordenamento como
126 aconteceu em outros distritos da cidade. Concluí a fala notando que a cidade vive um *boom* de
127 construção de prédios de uma classe privilegiada que depois reclama da falta de planejamento e se
128 coloca a favor do desenvolvimento dos Planos de Bairro para que se possa planejar e estruturar
129 estes casos. A **Sra. Ana Maria Wilhelm**, representante do movimento Pró-Pinheiros, pergunta
130 sobre o incentivo da administração municipal para a elaboração dos Planos de Bairro, indagando
131 que a elaboração destes planos não deveria ser delegada às organizações da sociedade civil, mas
132 sim se constituir como parte integrante do processo do Plano Diretor Estratégico. Questiona em
133 que momento do processo de revisão do PDE os bairros e as regiões serão incentivados e
134 estimulados a elaborarem os seus Planos de Bairro, com a escuta dos moradores locais. O **Sr. João**
135 **Moreirão**, Conselheiro do CPMU, cumprimenta a todos os presentes e aponta que, em sua visão,
136 as subprefeituras têm grande responsabilidade na elaboração dos Planos Regionais, no entanto,
137 elas não cumprem seu papel, pois, em muitas delas, não há ninguém do ramo para supervisionar a
138 coordenação de urbanismo. Aponta que em muitas das Subprefeituras o Conselho Participativo
139 sequer é considerado, mas em algumas exceções, há um diálogo com os conselheiros. Dá o
140 exemplo da Subprefeitura do Butantã, que realizou discussões por Distrito. Aponta que em
141 relação à participação social, os esforços do executivo municipal ainda estão muito aquém do
142 esperado, que as oficinas participativas da revisão do PDE não têm sido divulgadas como deveriam
143 e que por isso estão esvaziadas e não possuem um quórum significativo por região. Conclui que, se
144 essas questões não forem corrigidas, a participação social não vigorará de fato, que não se pode
145 dizer que está sendo realizado um processo de revisão com ampla participação social e de forma
146 democrática. A **Sra. Beatriz Messeder**, representante da Associação Comercial do CPMU,
147 cumprimenta os presentes, agradece a apresentação e reforça a fala do Sr. João Moreirão. Cita a
148 importância de se ter um foco na participação social, comenta que percebe que já há um esforço da
149 SMUL, mas que é um ponto que sempre tem de ser aprimorado. Aponta a importância de se buscar
150 uma descentralização da gestão e da reforma administrativa, indagando como este processo pode
151 fazer parte da revisão do PDE, sugere que este processo se daria buscando levar o PDE para a
152 escala local, distribuindo poder nas Subprefeituras. Estas que, na visão da Conselheira, não são
153 suficientemente paramentadas para dar instruções mínimas ao munícipes para a elaboração do
154 Planos de Bairro, sobretudo nas áreas das franjas da cidade. Nota que o Plano de Bairro do Jardim
155 Lapenna teve um investimento da Fundação de Tide Setubal de 5 milhões de reais e ressalta a
156 magnitude deste investimento no caso da elaboração de cada Plano de Bairro em cada

157 Subprefeitura. Conclui que, dada esta situação, seria necessário um fomento por parte da
158 Prefeitura para a realização de outros planos. A **Sra. Maria Angélica Oliveira**, Conselheira do
159 CPMU, questiona o processo de elaboração dos Planos de Bairro, que não capacita a população
160 para sua elaboração, impossibilitando o processo de elaboração pelos munícipes e se coloca contra
161 a possibilidade de elaboração destes planos por parte de fundações ou organizações terceiras.
162 Aponta que o processo de revisão do PDE deve estar atento a estas questões colocadas, que há
163 muita contradição no ordenamento territorial da cidade. Avalia que a Prefeitura tem de pensar
164 como resolver essas questões dentro do sistema de planejamento, de forma pactuada com a
165 sociedade civil, dando maior equidade para as regiões da cidade. Reconhece que há um grande
166 trabalho a ser feito na capacitação das subprefeituras dentro do processo participativo e de
167 planejamento urbano. A **Sra. Lucia Campos**, ex-servidora da Subprefeitura de Pirituba, relata que
168 acompanhou a não efetivação dos Planos Regionais das Subprefeituras, que esta questão é
169 importante para a aplicação do PDE, que os Perímetros de Ação dos Planos Regionais não foram
170 efetivados, tampouco foram realizadas audiências públicas e não foram formados dos Núcleos
171 Regionais de Planejamento que estavam previstos no art. 345 do PDE. Aponta que estas inúmeras
172 situações estavam previstas pelo PDE de 2014 e não foram realizadas. Insiste que esta gestão tem
173 de finalizar os Planos Regionais das Subprefeituras de maneira participativa. Propôs a criação das
174 microáreas das subprefeituras, trabalho que deve ser feito capacitando os profissionais das
175 Subprefeituras, que não tem uma Supervisão de Planejamento capacitada. Conclui que a instância
176 de planejamento regional ainda não aconteceu, até hoje. A **Sra. Wellyene Gomes Bravo**,
177 conselheira do CPMU e membra do Conselho Participativo do Campo Limpo apresenta-se e
178 corrobora a fala dos participantes que à precederam, sobretudo com a fala da Sra. Lucia Campos.
179 Aponta que a participação social está presente em todo o ordenamento jurídico desde a
180 Constituição, o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica do Município, o Plano Diretor e tudo que vem
181 nesta cadeia da legislação. Denota que a criação das Subprefeituras, desde 2002, já tinha a
182 preocupação com a necessidade do planejamento territorial local e, a partir da escala local,
183 construir o planejamento da cidade como um todo. Argumenta que, neste processo de revisão do
184 Plano Diretor Estratégico, tem de se criar alguns mecanismos que obriguem, de fato, a elaboração
185 dos Planos de Ação, estabelecendo prazos e relatórios. Nota que os Planos Regionais não foram
186 cumpridos pelo Executivo Municipal, gerando desdobramentos diversos já apontados
187 anteriormente neste processo participativo. O **Sr. Antônio Zagato**, conselheiro do CPMU na
188 cadeira de mobilidade pela Ciclocidade, aponta que o balanço do tema da gestão democrática em
189 relação aos conselhos participativos é, segundo o conselheiro, bem negativo. Pontua que o
190 colegiado em questão, o CPMU, não tem cumprido as suas atribuições como conselho deliberativo
191 pois não tem sido provocado, já que os processos decisórios se afastam das submissões ao CPMU.
192 Complementa que os Projetos de Lei (PL) tem sido encaminhados à Câmara Municipal sem que
193 tenham sido enviadas as minutas para debate no CPMU. Aponta ainda, que, mesmo quando são
194 encaminhadas, a composição do conselho não permite o pleno debate, pois os servidores da
195 Prefeitura e o Segmento empresarial votam em bloco, conformando sempre uma maioria em

196 relação à sociedade civil. Continua suas colocações, notando que, nessa conformação, os
197 interesses não lucrativos da sociedade são colocados de lado, que esta questão se repete dentro
198 de outros conselhos e dá como exemplo o Conselho Gestor do PIU do Pacaembu e os Conselhos
199 Gestores das ZEIS. Retoma os artigos 321, 326 e 329 do PDE. Conclui apontando que os
200 conselhos de orçamentos participativos foram extintos e que isso influenciou diretamente no
201 acompanhamento dos objetivos e das ações dentro das Subprefeituras. O **Sr. José André Araújo**,
202 conselheiro membro do CMPU, membro do Conselho Municipal de Habitação e Coordenador do
203 Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização, inicia a fala apontando que, desde 2006,
204 houve um centralismo das funções atribuídas às Subprefeituras, que os conselhos participativos
205 devem ter um caráter deliberativo e fiscalizador, não apenas consultivo, como previsto pela lei
206 13.425/2002, sobretudo para a gestão de programas e planos. Denota que há um
207 descumprimento, à priori, não somente do PDE, mas da própria Lei Orgânica do Município, onde
208 se prevê a gestão popular e a transparência da administração pública. Comenta que outro ponto
209 de atenção para a revisão do PDE, são os Conselhos Gestores de ZEIS, que também causa
210 problemas muito sérios nos Planos de Urbanização, na questão da Intervenção Urbanística,
211 propõe que este problema seja resolvido com a cooperação e assessoria das universidades,
212 apontando que essa mesma solução pode ser aplicada à elaboração dos Planos de Bairro. Pontua
213 que outro ponto de atenção deve ser a questão do orçamento participativo, com a participação da
214 população nos processos decisórios, apontando onde devem ser realizados os investimentos do
215 executivo, conforme previsto no artigo 2º do Estatuto da Cidade. Conclui a fala apontando que
216 falta zelo ao Estatuto da Metrópole, que falta instituir o Conselho Regional de Habitação, previsto
217 pela Lei Orgânica do Município. Encerrada a fala do conselheiro, a **Sra. Patrícia Saran** dá
218 prosseguimento à Audiência Temática de Gestão Democrática e Sistema de Planejamento e passa
219 a palavra à **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de PLANURB, para suas considerações.
220 Cumprimenta a todos os presentes, agradece as contribuições e felicita a todos pela presença e
221 empenho em buscar pela participação social. Aponta que há um alinhamento entre os
222 entendimentos dos participantes da Audiência Temática com os problemas identificados no
223 Diagnóstico da Aplicação do PDE publicado por Planurb. Responde ao Sr. Osni Pandori,
224 pontuando que a questão levantada por ele está relacionada ao licenciamento, que pode não ter
225 interferência alguma com o PDE, mas que o caso será estudado e, na medida em que este caso
226 tiver alguma interface com o PDE, será proposta alguma maneira esta questão será levada a
227 diante. Em seguida, aponta que, em relação aos Planos Regionais elaborados em 2004, os Planos
228 Regionais de 2016 possuem uma interface menor com o ordenamento territorial da cidade e que,
229 nos planos vigentes, a partir da delimitação dos Perímetros de Ação, os Planos de Ação devem
230 realizar uma priorização dos perímetros prioritários ao investimento do Executivo Municipal,
231 concluindo que, desde Plano Diretor de 2002 e os Planos Regionais de 2004, o sistema de
232 planejamento sofreu alterações estruturais. Esclarece que os Planos de Ação das Subprefeituras
233 do biênio de 2019 e 2020 foram publicados no ano de 2020 via internet, fora do prazo, por conta
234 dos desdobramentos da pandemia da Covid-19. Esclarece também que a elaboração dos Planos de

235 Ação é de responsabilidade das Subprefeituras, contando com a articulação entre outras
236 secretarias e o apoio técnico de SMUL, sobretudo durante o processo participativo. Aponta que os
237 Planos de Bairro foram pensados para dar mais poder para a participação popular, tem uma
238 característica descentralizadora e, conforme previsto, é uma atribuição dada às Subprefeituras,
239 mas que pode se realizado também através da iniciativa popular. Concorda com o que foi
240 levantado pelos conselheiros em relação à falta de capacitação técnica tanto das subprefeituras,
241 quanto da população em geral. Nota que já existe, dentro de SMUL, um projeto de capacitação das
242 subprefeituras, independente do processo de revisão do PDE, ainda que possam ser incorporadas
243 propostas sobre a temática para a revisão do PDE. Reforça que, durante o processo de revisão do
244 PDE, o contato entre a SMUL e as Subprefeituras tem se estreitado e que a elaboração dos Planos
245 de Bairro tem sido assunto recorrente neste diálogo. Destaca que, em relação aos conselhos, tudo
246 o que tem sido realizado na SMUL tem respeitado a normativa prevista e as atribuições
247 regulamentadas, mas que sempre há espaço para melhorias. Concorda com o Sr. José André
248 Araújo que a relação com a região metropolitana deve ser fortalecida, que esse vínculo se
249 enfraqueceu com a extinção da Empresa Paulistana de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) e
250 que precisa ser retomado. É passada a palavra ao **Sr. José Armênio de Brito Cruz** para fazer suas
251 considerações sobre as temáticas levantadas. Afirma que vai repassar as questões abordadas em
252 relação à descentralização ao Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário da SMUL. Concorda com os
253 munícipes sobre a necessidade de se haver mais fomento às iniciativas de se desenvolver os
254 Planos de Bairro, que pode ser um elemento muito importante para o sistema de planejamento.
255 Conclui a fala apontando que, em relação ao que foi levantado pelo Sr. Osni Pandori, sobre as
256 obras do empreendimento residencial na Penha, este determinado empreendimento foi aprovado
257 por lei, se não por este Plano Diretor, foi pelo antigo, mas que, a observação atenta dos munícipes
258 a essas dinâmicas geradas pelas mudanças da cidade são fundamentais para que sejam feitos
259 ajustes na lei, caso seja necessário, para atender as necessidades dos cidadãos. Finalizada a fala, é
260 retomada as contribuições dos presentes. O **Sr. José Zildo Almeida da Silva**, Conselheiro do CPMU,
261 comenta sobre a mesma temática levantada pelo Sr. Osni Pandori, o licenciamento de grandes
262 empreendimentos em locais onde não há uma infraestrutura que contemple a magnitude destes
263 empreendimentos. Aponta sobre a necessidade de se realizar uma melhor coordenação entre os
264 conselhos, os coordenadores de obras e o licenciamento de empreendimentos, pois, se não forem
265 resolvidas as causas agora, será necessário combater os efeitos depois. Afirma que as
266 coordenações regionais têm de se articular entre elas para que não sejam feitas más escolhas,
267 sugere reuniões nos CEUs, que comportam infraestrutura para receber várias pessoas. A **Sra.**
268 **Rosana Maltoni**, representante do CPM da Vila Prudente, complementa a problemática levantada
269 sobre o licenciamento de empreendimentos, dizendo que é uma questão importante também no
270 território da Vila Prudente, sobretudo devido à presença da linha verde do metrô, onde há
271 problemas de enchentes muito sérios. Alerta que o CPM vem ressaltando estes problemas faz
272 anos, sem retorno da administração executiva municipal. Aponta que os conselhos têm de ser
273 ouvidos e que há a necessidade, não atendida, de se ter um retorno nas questões que são

274 levantadas. Afirma que a democracia é uma via de mão dupla, com um mesmo objetivo, que é o
275 desenvolvimento e a melhoria da região. A **Sra. Verônica Bilyk**, representante da Organização Pró-
276 Pinheiros, pronuncia-se a respeito da Oficina Participativa realizada no dia 23 de julho, referente
277 ao processo de revisão intermediária do PDE de 2014. Afirma que é muito dispare o debate
278 realizado dentro da oficina em relação ao debate realizado na presente Audiência Participativa
279 Temática. Aponta uma ineficácia da metodologia adotada para os trabalhos realizados na Oficina
280 Participativa, pontuando um grande descontentamento por parte dos munícipes e uma confusão
281 em relação àquilo que deveria ser realizado naquele momento. Afirma que não foi um processo
282 conclusivo, que não há muitos momentos de diálogo, como o proposto pela Oficina Participativa e
283 que, quando há, é realizado de forma infantil e precária. A **Sra. Laurita Sales**, representante da
284 associação Pró-Pinheiros, enfatiza as dificuldades da participação popular no processo de revisão
285 intermediária do PDE. Aponta que as plataformas e os momentos da participação popular são
286 fragmentados e com pouco espaço de fala, que desta maneira a participação acaba se dando de
287 forma seletiva. Assinala o instrumento da Conferência Municipal como muito oportuno e
288 necessário, tal como as conferências regionais realizadas no processo de elaboração deste mesmo
289 Plano Diretor. É feita a proposta de, dentro do contexto do planejamento da revisão do PDE,
290 realização de conferências regionais e, depois, uma conferência municipal, pois, nestes espaços, as
291 pessoas podem se manifestar de forma conjunta e menos fragmentada. A **Sra. Fátima Elodia**,
292 Conselheira do CPMU, do CPM Sapopemba e do Conselho Municipal do Meio Ambiente e
293 Desenvolvimento Sustentável (CADES), afirma que o CADES não conseguiu eleger nem 16
294 (dezesesseis) conselheiros, que isso dificulta o cumprimento das atribuições consultivas e
295 deliberativas do conselho e que não tem sido possível resolver, através do conselho, nem as
296 questões mais simples que são levantadas. Aponta um abandono do poder público para lidar com
297 essas problemáticas. Concorda com o que foi levantado em relação à participação popular dentro
298 da agenda das Oficinas Participativas e complementa que não há uma divulgação devida, que a
299 logística não tem atendido às correspondências e que, nas subprefeituras, não há respaldo em
300 relação aos questionamentos levantados pelos conselheiros. A **Sra. Beatriz Messeder** se
301 manifestar novamente, afirmando que é favorável ao caráter deliberativo dos conselhos
302 participativos municipais, que o processo de revisão intermediária do PDE é uma oportunidade
303 para repensar não somente a composição destes conselhos, mas de fortalecer e dar aos conselhos
304 um caráter deliberativo. Aponta sobre a necessidade de se planejar territorialmente e de forma
305 estratégica os recursos do FUNDURB, diz que serão feitas propostas acerca desta temática, além
306 de propostas para a revisão dos TDCs. Aborda a questão da necessidade de se retomar o
307 planejamento em escala metropolitana, com uma visão de ordenamento territorial e de
308 mobilidade articulando os diferentes municípios que compõe a metrópole paulistana. Conclui a
309 fala retomando a questão do desenvolvimento dos Planos de Bairro ressaltando que, com o
310 planejamento em menor escala, é possível se articular as demais escalas de planejamento de forma
311 mais sistemática e com maior participação popular. A **Sra. Ana Maria Wilhelm**, representante do
312 movimento Pró-Pinheiros, realiza o pedido a SMUL de patrocinar o Plano de Bairro de Pinheiros,

313 para que sirva de modelo para o desenvolvimento de outros Planos de Bairro, ressaltando o
314 caráter de urgência de se realizar este processo em Pinheiros, colocando-se à disposição para
315 ajudar com o que for necessário. É repassada a palavra ao **Sr. Antônio Zagato**, que ressalta o
316 contraste entre o discurso e a prática do executivo municipal, apontando que não foram
317 abordados, no material apresentado por Planurb, temas centrais relacionados à gestão
318 democrática e o sistema de planejamento, como por exemplo, as eleições do Conselho Municipal
319 da Saúde, que foi delegada a uma entidade privada. Acrescentou que, ao passo em que os
320 conselheiros têm apenas três minutos para se manifestarem, os integrantes da SMUL tem se
321 encontrado diversas vezes com o setor imobiliário. Apontou sobre a necessidade de se realizar
322 também encontros com os conselheiros municipais, de se registrar todos os documentos
323 relacionados à revisão do PDE em um processo SEI unificado, de o site Gestão Urbana incorporar
324 as agendas da revisão do PDE. Conclui dizendo que, a legalidade não é uma questão de justiça, mas
325 sim uma questão de poder, e o poder, na administração pública da cidade de São Paulo, não tem
326 sido partilhado com a sociedade civil e seus colegiados. O **Sr. Osni Pandori**, reinscrito na lista de
327 participação, complementa sobre a questão levantada anteriormente sobre o empreendimento
328 imobiliário em obras na Penha. Ressalta novamente a importância de se articular as
329 infraestruturas no sistema de planejamento urbano, sempre respeitada à participação popular,
330 que não tem o direito de deliberar sobre as transformações da cidade. Aponta que, conforme foi
331 sugerido pela Sra. Ana Maria Wilhelm, em relação a elaboração do Plano de Bairro de Pinheiros, a
332 mesma coisa pode ser realizada na Penha, um bairro histórico da cidade de São Paulo. Encerrada a
333 fala, é passada a palavra novamente ao **Sr. José André Araújo**, que ressalta a necessidade de se
334 desenvolver o Plano Municipal de Habitação e de se elaborar metas e punições para sua aplicação.
335 Aponta que há a necessidade de uma integração entre as leis e os Planos elaborados, pois, há
336 muitas leis urbanísticas vigentes que não dialogam com o PDE. Dá como exemplo a
337 regulamentação do CPMU, realizada via Decreto, que não está sendo cumprido. Afirma que os
338 Parques Municipais estão demasiadamente distantes das estações de metrô e de trem, como
339 exemplo dos parques do Ibirapuera e do Carmo. Afirma também que há muitas questões que são
340 discutidas nos conselhos colegiados locais e que não chegam ao CPMU, apontando a necessidade
341 de se haver uma reforma para que estes problemas sejam superados. Conclui questionando as
342 atividades das Oficinas Participativas do processo da revisão intermediária do PDE, sobretudo se
343 está se adotando a melhor estratégia para a captura e sistematização das contribuições da
344 participação social. O **Sr. Gilberto Roque**, Conselheiro do CPM de Itaquera, questiona sobre as
345 obras de revitalização que estão ocorrendo na Subprefeitura de Itaquera, que tem destruído e
346 alterado as dinâmicas do bairro sem responsabilidade ambiental. Aponta a necessidade de se
347 ocupar os terrenos baldios presentes no bairro com a construção de prédios públicos voltados ao
348 atendimento habitacional para quem precisa. Afirma que há vários serviços de assistência social
349 que estão sem atender a população ou estão fechados e propõe que o Plano Diretor faça uma nova
350 contagem da população residente de Itaquera. Encerradas as contribuições dos inscritos, a **Sra.**
351 **Patrícia Saran** retoma a fala e fala sobre a metodologia das Oficinas Participativas, com base na

352 primeira etapa dos trabalhos da revisão intermediária do PDE, sendo um momento importante
353 para a apropriação da publicação do Diagnóstico da Aplicação do PDE realizada por PLANURB e
354 que, o principal momento de receber propostas e contribuições do processo participativo, será
355 realizado na segunda etapa da revisão do PDE. Aponta que a metodologia da primeira etapa foi
356 pensada também para conseguir abranger todo o espectro da população, não apenas dos setores
357 mais apertados conceitualmente para o debate, mas buscar mesmo o munícipe com menor
358 capacitação para participar do debate. Afirma que todo o material que foi produzido durante as
359 oficinas realizadas tem sido sistematizado pelos técnicos da SMUL e será feita a publicação dessa
360 sistematização, quando terminada a etapa 1, na plataforma eletrônica da SMUL. Reafirma que as
361 propostas serão realizadas, sobretudo, na segunda etapa da revisão do PDE e que o prazo da
362 entrega da minuta da revisão do PDE é até o último dia do ano, 31 de Dezembro de 2022. É
363 passada a palavra para a **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** fazer suas considerações finais da
364 audiência. Ressalta a importância do papel dos conselhos colegiados para a mobilização da
365 população para a participação social no processo de revisão intermediária do PDE. Afirma que a
366 extinção do então Ministério das Cidades, que trazia já alguma regulação sobre a Conferência das
367 Cidades, foi prejudicial para a aplicação daquilo que foi previsto pelo PDE, mas que há a
368 oportunidade de se readequar aquilo previsto pelo PDE para que a dita conferência possa ser um
369 instrumento de participação popular importante. Aponta que este é o momento de se ajustar na lei
370 aquilo que não está a contento da população e, para isso, que são realizadas as audiências públicas
371 no processo de revisão intermediária do PDE e que foram abertos os canais de participação online
372 e estão sendo realizadas as oficinas participativas da revisão do Plano Diretor Estratégico. Reforça
373 que após o encerramento da primeira etapa da revisão do PDE, serão publicadas as
374 sistematizações dos encontros e dos canais virtuais de participação social. Encerra a fala
375 agradecendo a participação de todos os presentes, se colocando à disposição para o contínuo
376 diálogo e passa a palavra para o **Sr. José Armênio de Brito Cruz** fazer suas considerações finais.
377 Este relembra a fala do Sr. José Zildo Almeida da Silva, notando sobre a importância da elaboração
378 dos Planos de Ação das Subprefeituras, este que é um subsídio relevante para se pensar as
379 contrapartidas e a socialização dos ganhos imobiliários da cidade, pensados através do estímulo ao
380 adensamento construtivo nos eixos estruturais da cidade. Parabeniza o movimento Pró-Pinheiros
381 pela iniciativa de entregar um documento que não é diagnóstico, mas propositivo, ressaltando que
382 já tem a posse do documento e que será considerado nos trabalhos da revisão do Plano Diretor,
383 incentivando outros grupos e associações a fazer o mesmo trabalho. Afirma que a SMUL já tem a
384 previsão de, pelo menos, dez projetos de iniciativas do urbanismo social, que fazem parte da meta
385 da SMUL e que tem sido discutido com os moradores. Ressalta o que foi apontado pelo Sr. José
386 André Araújo em relação aos parques serem também considerados como uma infraestrutura
387 importante na estratégia do adensamento nas áreas dos eixos estruturais. Encerra a fala
388 agradecendo a contribuição e presença de todos, ressaltando que é salutar a presença da
389 sociedade na discussão da revisão intermediária do PDE. Repassa a agenda das oficinas
390 participativas e audiências temáticas que ainda ocorrerão no processo da revisão do PDE,

391 afirmando a importância da presença do máximo de pessoas possíveis para contribuir para o
392 diagnóstico e elaboração de propostas. A **Sra. Patrícia Saran** lembra a agenda da 1ª fase do
393 processo de revisão intermediária do Plano Diretor e convida a todos para participarem das
394 demais atividades, incluindo a plataforma eletrônica <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>.
395 Agradece a presença de todos e encerra os trabalhos às 21h30. A íntegra da audiência pode ser
396 consultada através da plataforma eletrônica
397 <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/>. Os documentos desta
398 audiência pública se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0008207-4.